

## OPINIÃO



**NUNO ANTUNES**  
Sócio da Miranda &  
Associados

## Revérberos de um apagão: Da soberania energética



O princípio de que ‘um sistema complexo pode falhar de infinitas formas’ está omnipresente na ciência de sistemas. Sendo a rede elétrica um dos mais complexos sistemas, é à luz deste princípio que deve ler-se o Relatório da ENTSO-E sobre o ‘apagão ibérico’. É um documento técnico-fático, cuja principal conclusão é de que não existiu uma falha única. Tratou-se de um cenário multifatorial; em que nenhum fator isoladamente causaria o apagão. Típico de sistemas complexos: relações não-lineares e imprevisíveis; efeitos desproporcionais e catastróficos.

É na diferença entre Portugal e Espanha, cujos sistemas estão integrados, que o Relatório é kafkiano. Portugal em nada contribuiu para o apagão. Houve uma quebra sistémica em Espanha que, sabe-se agora, foi tiro já avisado. E, apesar de o controlo de tensão em Espanha ter sido entretanto revisto, o risco subsiste em parte. As centrais renováveis não estão vinculadas a controlo dinâmico de tensão; a sua adesão é voluntária e remunerada. Para Portugal, há impactos potenciais adicionais: distorção concorrencial por inexistência de regime equivalente no país; custo operacional acrescido sem cobrir de riscos no território nacional.

Portugal cumpre desde 2020 (Portaria n.º 73/2020) os requisitos de controlo dinâmico de tensão do Código Europeu de Rede (Regulamento (UE) 2016/631 da Comissão). À data do apagão, Espanha não cumpria. Mas o Relatório não alvitra sobre ‘policy choices’; menos ainda entra em porfias jurídicas. Nem deveria. Há atores e processos próprios para o efeito. Sem embargo, as palavras do presidente da ENTSO-E são diáfanas: todo o tipo de geração deve ter capacidades de controlo de tensão; e a tecnologia existe. Assim, apurem-se responsabilidades (se as houve) à luz da informação conhecida.



Rui Minderico/Lusa

Depois do apagão, as opções (e investimentos resultantes) em Portugal são inadiáveis. A falácia dos ‘sunk costs’, e a miopia do ‘lock-in’ tecnológico, não podem significar inação.

Já aqui perfilhámos uma arquitetura de sistema que integre balanceadamente a produção renovável (e.g. inércia virtual, baterias de estabilidade, inversores grid-forming, STATCOM, FFR, PMU) e reforce meios de inércia rotacional (hídrica com bombagem).

Mas erguer um sistema a 10 anos começa hoje, traçando rotas para i) eletrificação e estímulos à procura, ii) produção descentralizada, iii) ‘mix’ energéti-

**Portugal em nada contribuiu para o apagão. Houve uma quebra sistémica em Espanha que, sabe-se agora, foi tiro já avisado. E, apesar de o controlo de tensão em Espanha ter sido entretanto revisto, o risco subsiste em parte.**

co, iv) infraestruturas de rede, v) descarbonização, vi) gases renováveis, vii) defesa energética e viii) contrato social energético. Nas opções políticas e, logo, no plano jurídico-regulatório, deve açodar-se o caminho da independência e segurança energéticas. No MIBEL, por razões de escala e liquidez, eficiência de custos e recursos, atuação coordenada na União Europeia e interligações. No País,

para promoção de recursos endógenos, proteção e gestão de infraestruturas críticas, resiliência do sistema elétrico, segurança de abastecimento, descarbonização e cooperação internacional.

Não se trata de mercados e preços

da eletricidade; mas de soberania energética.

A ‘gestão’ do setor energético deve ser encarada como ‘função de soberania’, parte do ‘domain réservé’ do Estado do século XXI. Transmutações geopolíticas, ambientais, económicas e digitais exigem-no. Proteção de interesses estratégicos, segurança de ativos críticos face a ameaças, não dependência de recursos armamentáveis, acesso social a bens energéticos, diplomacia energética, entre outras, integram a manutenção da ‘res publica’.

É a União da Energia deve ser ali-cerce, não obstáculo, para tal desiderato.

As ‘despesas públicas’ daí decorrentes devem ser aferidas numa ótica similar às de defesa nacional, segurança interna, política externa ou justiça. Isto é, há que librar as repercussões para o Estado de um revés nevrálgico em matéria de soberania energética. ■